

CPI poderá cassar dez até o Natal

Tarcísio Holanda

Importantes membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os escândalos do Orçamento acreditam que será possível encerrar os trabalhos antes do Natal, propondo-se a cassação do mandato de nove deputados federais e de um senador, além da suspensão do mandato, em casos mais leves.

Existe uma impressão consensual entre membros da CPI, da esquerda e da direita, de que dificilmente o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) deixará de ser incluído no rol dos cassados, a menos que apresente uma defesa que dissipe todas as dúvidas a seu respeito. Paradoxalmente, todos acreditam que o polêmico deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) escape da cassação.

Na mira A essa altura, estão colocados na mira da maioria dos integrantes da CPI os deputados João Alves (PPR-BA), Fábio Ruanheitti (PTB-RJ), o suplente Ferres Nader (PTB-RJ), Cid Carvalho (PMDB-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Daniel Silva (PPR-MA) e João de Deus Antunes

Caricatura



(PPR-RS). Acredita-se ainda, que pelo menos um senador será incluído no rol daqueles para os quais a CPI pedirá a cassação.

Os senadores mais envolvidos com as irregularidades da Comissão Mista de Orçamento são Saldanha Derzi (PRN-MS) e Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Membros das subcomissões de bancos e patrimônio garantem que, até o presente momento, nada foi encontrado que incriminasse os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado e Mauro Benevides (PMDB-CE), líder do PMDB na Câmara, assim como o deputado Ricardo Fiúza.

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da subcomissão de patrimônio, adverte, que está começando um trabalho de análise do patrimônio do deputado Ricardo Fiúza para verificar se é compatível com seus rendimentos. Porém, até agora, não existe qualquer indício que autorize expectativa de que Fiúza será incluído entre aqueles para os quais a CPI pedirá cassação.

O deputado Daniel Silva (PPR-MA) passou a integrar todas as lists desde que foi descoberto um depósito em sua conta de 100 mil dólares destinado a uma instituição filantrópica registrada em Imperatriz, no Maranhão. O deputado e pastor João de Deus Antunes dirige uma instituição filantrópica que presta assistência a necessitados, mas subvenções por ele recebidas tiveram aplicação não explicadas, segundo membros da CPI.